

ATA DA REUNIÃO INTEGRADA DOS COMITÊS DE MONITORAMENTO BLOCOS 1, 2, 3 E 4.

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às 14h, na Rua Av. Rio Branco, Nº 124 – 20º andar, no Centro do Rio de Janeiro, e por meio da plataforma digital de videoconferência Zoom Meetings, realizou-se a Reunião do Comitê de Monitoramento, instaurado para exercer o controle social através da participação no processo de formulação de políticas, planejamento, regulação, fiscalização e avaliação dos serviços públicos no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme disposto no Anexo XII dos Contratos de Concessão.

A pauta da reunião, que foi anteriormente divulgada, era:

Expediente:

1. Leitura da Regra de Condução da Reunião
2. Aprovação da(s) ata(s) da(s) reunião(ões) anterior(es)

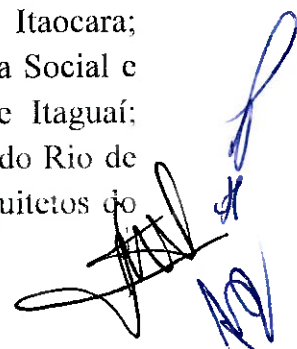
Ordem do Dia:

1. Fala dos usuários;
2. Termos de Cooperação da AGENERSA (Implicações na Revisão de GTs e no RI);
3. Assuntos Gerais.

Logo, a reunião foi presidida pela Sr.^a Adriana Sotero Martins, da Fundação Oswaldo Cruz - FioCruz, do Bloco 4; com as participações dos presidentes: Sr. Licínio Machado Rogério, da Federação das Associações de Moradores do Município RJ/FAM-RIO, do Bloco 1, Sr. Eduardo Figueira, da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca – CCBT, do Bloco 2, e o Sr. João Ricardo de Mattos Serafim, da Federação das Associações de Moradores do Município RJ/FAM-RIO, do Bloco 3.

Participantes presenciais: Sra. Ilca Bezerra, dos Usuários Domésticos; Sr. Angelo D. Smarzaro – Usuário e Sr. Jádriel Messias dos Santos, dos Usuários/Residencial.

Participantes online: Sra. Juliana Souza, da Prefeitura Municipal de Itaocara; Aercio Barbosa de Oliveira, da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE; Christiane Aires, da Prefeitura Municipal de Itaguaí; Fernanda Nicolau Leandro Terciotti, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Morvan Barreto Nobre, da Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do

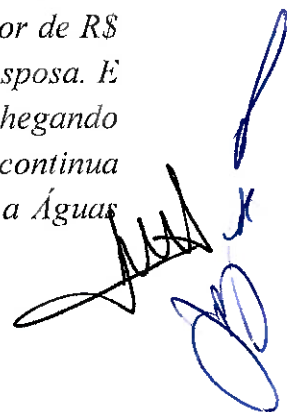


Estado do Rio de Janeiro – SEAJERJ; Horácio da Silva Figueiredo Prefeitura Municipal de Maricá; Sra. Emily dos Santos, Usuária das Águas do Imperador - em Petrópolis – RJ; Sr. Flávio Ramos, Usuários das Águas do Imperador, em Petrópolis – RJ; Sr. Paulo Proença - Usuário das Águas do Imperador - Petrópolis – RJ; Natasha Handam, da Fundação Oswaldo Cruz – FioCruz; Sr. Evaldo Rui, da Prefeitura de Cambuci/RJ; Sr. Fábio Nogueira - Secretário do Ambiente de Pinheiral/RJ; Adilson Trindade – Usuário Doméstico, do bloco 03; Sra. Taís Marvila, da Prefeitura de Magé/RJ; Sr. José Stelberto P Soares, do Clube de Engenharia; Sr. Jorge Alberto, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro - SINTSAMA; Sr. Mario Porto, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro - SINTSAMA; Sr. João Xavier, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento Básico e Meio Ambiental do Rio de Janeiro - SINTSAMA; Sra. Monica Pena, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Sr. Gustavo Conde, da Prefeitura de Magé - Meio Ambiente e Sra. Rejany Ferreira – OBHCC.

Sem demora, a presidente, Sra. Adriana Sotero, deu início à reunião, realizando a leitura do expediente (leitura das regras).

Dando continuidade à pauta, “*Ordem do Dia: Fala dos Usuários*”, a Adriana concederia a palavra à usuária Ana Paula, moradora de Manguinhos, porém, ela não está presente devido a uma consulta médica. Sua participação, no entanto, permanece garantida, caso compareça. Em seguida, a presidente questiona a presença da Sra. Emily dos Santos, usuária da Águas do Imperador, em Petrópolis – RJ. Devido à falta de comunicação, informamos que sua fala será registrada assim que restabelecer contato. Na sequência, concedeu a palavra ao usuário, Sr. Angelo Domingos Smarzaró, que declara:

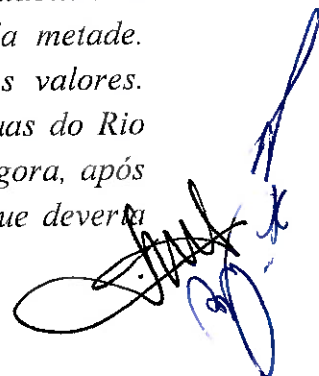
“Eu, anteriormente, morava em Irajá e, por conta de uma enchente que ocorreu no Conjunto IAPC de Irajá no dia 13 de janeiro, tive minha casa invadida por dois metros de água e perdi tudo, saindo com a roupa do corpo. Atualmente, estou morando de favor na casa da minha irmã, em Vila Cosmos, pois ela se sensibilizou com o meu problema. Lá em Irajá, eu através da justiça, eu pago a Águas do Rio a tarifa social. Ao me mudar para a Vila Cosmo, começou o pesadelo em relação a Águas do Rio. No início, as contas vieram no valor de R\$ 143. Tenho, em casa, uma caixa d'água de mil litros para mim e minha esposa. E aí a partir de março pra cá, as faturas aumentaram de forma absurda, chegando a quase R\$ 700. Em abril, o valor subiu para quase R\$ 1.300 e continua aumentando, estando agora em cerca de R\$ 900. Tentei dialogar com a Águas



do Rio, mas não obtive nenhuma solução para o problema. Recorri ao órgão responsável pela fiscalização do consumo, porém, sem êxito. Então estou tentando entrar na Defensoria Pública, e também não estou conseguindo muito êxito, porque estão criando dificuldades, em relação de me conceder o direito à justiça gratuita. Eu, várias vezes recorri a Defensoria Pública em vários processos e nunca me foi negado esse direito. Agora, está vindo uma barreira de maneira estranha, me exigindo carteira de trabalho, eu sou aposentado e estão criando barreiras constantemente para impedir que o processo tenha andamento. Já cortaram minha água. Como uma conta vencida e depois outra também, fui obrigado a recorrer empréstimo com familiares para conseguir pagar e eles religarem a água. Agora o meu processo está parado na Defensoria Pública, tenho uma conta em atraso e vai vencer outra, eles não me dão retorno e o juiz não defere meu direito para me dá tutela antecipada para evitar que esse problema continue. Estou enfrentando uma série de dificuldades e sigo lutando...

A Sra. Adriana, logo, informa: "A gente vai encaminhar através de um SEI as denúncias dos usuários." A palavra foi cedida ao usuário, Sr. Jadiel Messias dos Santos, que, por sua vez, relata:

"Boa tarde, meu nome é Jadiel, sou de Irajá. Meu problema não é um caso isolado, mas sim uma prática recorrente da Águas do Rio, algo absurdo. Há pouco mais de dois anos, percebi que minha conta era muito mais alta, cerca de seis vezes e meia maior do que a dos meus vizinhos. Diante disso, procurei a Águas do Rio para entender o motivo da cobrança tão elevada. Eles me informaram que era porque, no meu terreno, havia duas unidades residenciais. Aceitei essa explicação, mas a conta continuava excessivamente alta, chegando a ser 3,25 vezes maior do que a dos demais moradores. Além disso, uma das unidades — pertencente ao meu irmão e parte de uma herança que dividimos — estava desocupada. Ainda assim, eu precisava pagar pelas duas unidades, pois, do contrário, cortariam o fornecimento de água de ambas. Ou seja, a Águas do Rio tinha conhecimento de que naquele endereço existiam duas unidades. No entanto, quando um inquilino se mudou para a casa dos fundos e solicitou um hidrômetro, a empresa instalou o equipamento no dia 21 de abril, um domingo. A concessionária deveria ter verificado que não se tratava de uma terceira unidade, mas sim de uma que já existia e não estava sendo contabilizada corretamente. Dessa forma, minha conta deveria ser reduzida pela metade. Entretanto, isso não ocorreu, e continuaram cobrando os mesmos valores. Mesmo assim, no dia seguinte, segunda-feira, 22 de abril, fui a Águas do Rio para comunicar a situação. A empresa demorou a agir, e somente agora, após minha reclamação na Agenesra, decidiram dividir as contas, algo que deveria

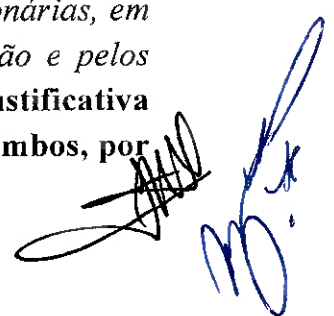


ter sido feito automaticamente. Além disso, em junho, fui cobrado indevidamente no valor de R\$ 604,00, quando minha conta normalmente era de R\$ 326,00. Registrei nova reclamação na Agenera e fui informado de que o valor seria compensado nos meses seguintes, como setembro e outubro. No entanto, ao contrário do que outras concessionárias, como a Light, fazem ao emitir faturas zeradas para corrigir cobranças indevidas, a Águas do Rio simplesmente enviou a conta de agosto, mas não zerou a de setembro. Isso me parece muito estranho. Hoje é dia 8, e a cobrança ocorre no dia 10. Acredito que consiga emitir uma segunda via para comprovar a situação. Mesmo assim, já fui nove vezes à mesma agência da Águas do Rio, na cidade de Nova Iguaçu, e até agora não corrigiram o problema. Nove vezes! Obrigada."

O Sr. João Ricardo, presidente do bloco 3, logo esclarece que o Sr. Jádriel já possui a reclamação na Agenera e está apenas registrando sua volta, porém é importante acompanharem o processo. A Sra. Adriana ressalta que o depoimento do Sr. Jádriel é importante, pois a falta de uma fatura zerada é um absurdo. Se a empresa reconheceu o erro, a correção deveria ser evidente para o cidadão. A fala da Sra. Emily, de Petrópolis, não pôde ser registrada devido a problemas de comunicação, mas sua reclamação será ouvida assim que o contato for restabelecido.

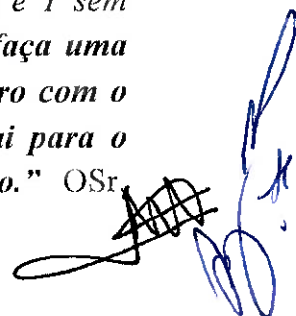
Seguindo a pauta; "2 - Termos de Cooperação da AGENERSA (Implicações na Revisão de GTs e no RI);" a Sra. Adriana Sotero, explica que, o ponto de pauta envolverá deliberação e votação, sendo importante checar quem está presente. O foco é o termo de cooperação da Agenera, elaborado após reunião com os presidentes dos comitês. Apesar da reunião, não houve tempo suficiente para detalhar o assunto com todos os membros, pois havia muitos temas a serem discutidos. Informa que, o termo de cooperação e um plano de trabalho foram enviados para análise dos presentes. Portanto, apresentada em tela, sugere suprimir onde se lê:

"- o papel desempenhado pelo Comitê de Monitoramento - órgão colegiado de caráter consultivo, composto pelos titulares dos serviços de saneamento, entidades relacionadas ao setor, usuários dos serviços, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento, coletivos atrelados à temática do saneamento básico, grupos de pesquisa acadêmicos, Estado e Conselho Estadual de Recursos Hídricos - no exercício do controle social dos serviços de saneamento prestados pelas Concessionárias, em atendimento ao disposto pelo Anexo XII dos Contratos de Concessão e pelos artigos 11, § 2º, inciso V e 47 da Lei federal nº 11.445/2007;" **Pela justificativa dos itens 4 e 5 apontados no documento do Convênio – Suprimir ambos, por,**



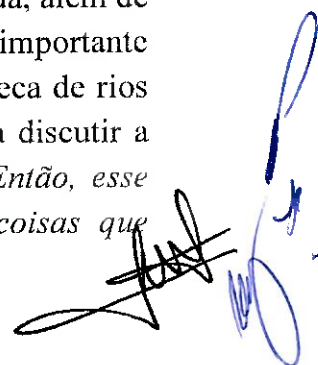
não estarem relacionados com as atividades convênio e passíveis de conflitos com o atual Regimento aprovado e sua futura revisão. Adriana, informa que, o documento foi colocado no Word para que os membros possam fazer suas contribuições. Logo, indaga: *“Alguém gostaria de comentar sobre isso? A gente vai precisar saber se alguém tem alguma coisa contra essa supressão, se quer comentar alguma coisa, ou se a gente vai precisar votar, se tiver alguém contrário à supressão.”* O presidente João Ricardo, com a palavra, declara a importância que todos tenham a oportunidade de analisar o documento antes de um debate e votação definitiva em uma próxima reunião. Diz que, não se deve votar agora, mas sim encaminhar o assunto. Solicita um prazo de cinco dias para que os interessados enviem emendas ou modificações à secretaria. Todavia, Adriana questiona se há outro encaminhamento além do proposto por João Ricardo, e se alguém concorda com ele. Ressalta que em seu entendimento o acordo e o plano de trabalho foram enviados previamente, inclusive via WhatsApp. A apresentação está sendo feita ponto a ponto, com base nos comentários enviados anteriormente. Finaliza citando: *“A gente tem dois tipos de encaminhamento. Um é: vamos deliberar agora. Se tiver alguém contra, a gente volta aqui, ou se tiver algum encaminhamento nesse sentido. ‘Eu preciso ter mais tempo para ler, eu acho que não foi recebido com tempo hábil’, que é o encaminhamento que o João Ricardo está dando, para que a gente discuta isso. A gente apresenta aqui os pontos e discute isso em uma próxima reunião. É isso que a gente quer saber.”*

Com a palavra, o Sr. Eduardo Figueira, presidente do bloco 2, aborda a preocupação em garantir que todos compreendam o objetivo de evitar a duplicidade de trabalho entre o Comitê e a Agenersa. Informa que, durante uma reunião, que ocorreu na Agenersa, foi discutida a necessidade de uma cooperação eficaz, onde diligências sejam realizadas em conjunto. A minuta da Agenersa contém considerações preliminares e um acordo operacional, mas a parte dos “CONSIDERANDOS” é mais extensa que a operacional, o que levanta preocupações sobre a subordinação dos comitês. A proposta é focar nas ações conjuntas e na autonomia dos comitês, sugerindo a remoção de considerações que possam sugerir dependência. A cooperação operacional é vista como positiva, podendo ser enriquecida com exemplos e detalhes adicionais. Finaliza, citando: *“Eu concordo com o João Ricardo que talvez essa passagem de informação mais estratégica não tenha sido feita, pelo menos eu não vi nos grupos, para a gente não ficar detido ao detalhe do Considerando X e Y sem olhar a figura inteira. Então, eu sugiro aqui realmente que a gente faça uma análise desse documento, de todas as entidades que tem, mas primeiro com o pensamento mais estratégico do que é esse documento, e depois vai para o detalhe e faz as suas opiniões diretamente. Essa é a minha sugestão.”* OSr



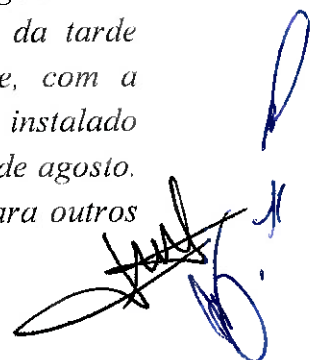
Licínio M. Rogério, presidente do bloco 1, apoia o Eduardo e destaca que, devido a algumas falhas sua, e à falta de tempo, não conseguiu realizar uma análise mais aprofundada do documento. O Sr. Aercio Barbosa, concorda com o João Ricardo, no entanto, gostaria de saber se os participantes desta reunião acreditam que é necessário um prazo adicional para minimizar dúvidas e imprecisões nas leituras e interpretações. Seria importante discutir como proceder, talvez não seja necessário votar, pois um consenso pode ser alcançado. Acredita que é sempre benéfico dar às pessoas tempo para avaliar e discutir. O João Ricardo ressalta que, antes deste documento, existe o "TAC", Termo de Ajuste de Conduta, entre a Defensoria, a Agenera e as empresas, que ainda não foi resolvido. Não faz sentido querer ajudar a Agenera sem que esse TAC, que envolve o Ministério Público e a Defensoria, esteja resolvido. É preciso aguardar e priorizar a resolução desse TAC, pois ele é fundamental para abordar os problemas que tem observado na rede. É importante incluir a discussão sobre o TAC na próxima reunião, pois o problema persiste há quase seis meses. Finaliza dizendo não saber se o Ministério Público pode informar sobre isso, e a Defensoria não está presente no comitê, mas esse tema é crucial. Atualmente, não tem uma tarifa social aprovada, e isso não garante que os consumidores possam resolver esses problemas, que estão sendo levados à justiça.

A Sra. Adriana Sotero, concorda que deve deliberar coletivamente. Se a maioria considera que não teve tempo suficiente para a leitura. Considera positivo que a Agenera tenha proposto uma conversa para trabalharem juntos. Isso mostra que a Agenera está disposta a ouvir a sociedade sobre os problemas causados pelas concessionárias, o que é um bom sinal de mudança em sua postura. Como mencionado pelo Sr. Eduardo, os pedidos de supressão dos considerando visam reafirmar a independência dos comitês, uma vez que os comitês foram criados, porque existe na Lei nº 11.445 de 2007, a previsão de a sociedade civil participar, sobre o monitoramento do saneamento. Ressalta a importância de incluir o conselho de titulares nos debates, pois eles deveriam representar as demandas dos cidadãos e das comunidades, especialmente em relação ao cumprimento das metas e adequação dos planos. Finaliza dizendo que, precisam-se ler atentamente os elementos que foram apontados e manter a independência dos comitês em relação à Agenera. O João Ricardo, em sua fala, sinaliza a crise hídrica no verão e a necessidade da colaboração de todos para enfrentar o problema. A comunicação com a população sobre como economizar e conservar água, além de promover o reúso, é fundamental, e o Comitê desempenhará um papel importante nesse aspecto. Já se observa os efeitos da crise, como incêndios e a seca de rios no Norte Fluminense. Diz ter convidado o pessoal de Petrópolis para discutir a falta de água, dado que lá estão os mananciais. Finaliza citando: *"Então, esse encaminhamento de analisar o documento e até a gente incluir coisas que*



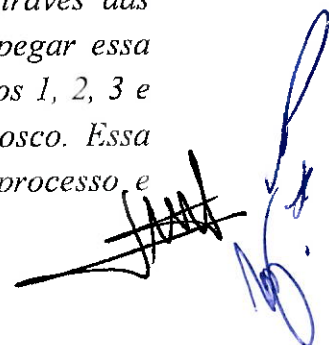
possam ser incluídas seria importante. E é isso que o TAC... para o pessoal das prefeituras, o TAC é super importante. Então, a gente tem que ter uma responsabilidade deles para trabalhar junto conosco nesse sentido."

A palavra foi cedida ao Sr. Flavio Ramos, presidente da Associação dos Moradores da Comunidade do CONTORNO (Usuário de Petrópolis), que, por sua vez, protestou sua denúncia: *"Boa tarde a todos. Eu venho dizer que nós, nesse período de agosto, setembro e outubro, tivemos uma falha muito grande da Águas do Imperador. Mas perante o colégio ... de tempo integral, onde negaram água para poder restabelecer esses estabelecimentos para manter as crianças no colégio. Então, eu acho que é uma falta de atenção da Águas do Imperador no município e, principalmente, da Secretaria de Educação, que não está reforçando com a Águas do Imperador o restabelecimento pronto atendimento a essas crianças. Porque muitas delas saem de casa para estudar e algumas até para se alimentar, e não há esse respeito por causa dessas faltas de água da Imperador. Na quinta-feira passada, inclusive, estava previsto para chegar, sei lá, às 10h da manhã, uma pipa d'água para abastecer por falta d'água, e ela não chegou. Só fomos ter água às oito horas da noite. As crianças tiveram que sair uma hora da tarde do seu horário."* A Sra. Adriana Sotero explica que, embora a Águas do Imperador não esteja, sobre o domínio dos Comitês, blocos 1, 2, 3 e 4, é fundamental contar com a presença do Ministério Público e da Agencersa para se pronunciarem sobre os problemas enfrentados pelos usuários da Águas do Imperador. Além disso, é importante garantir a participação do controle social, permitindo que os cidadãos falem e reivindiquem seus direitos. Prontamente a Sra. Emilly, da Comunidade do CONTORNO (Usuária de Petrópolis), questiona firmemente: *"E se não é nesse setor que a Águas do Imperador está, então a gente recorre ao quê também, né? Porque o povo também fica muito à mercê dos canais de comunicação das empresas privadas, que, na verdade, não têm um funcionamento efetivo para trazer melhorias para a comunidade ou esclarecer o motivo da falta de abastecimento, ou da não chegada de caminhão-pipa para as comunidades, principalmente aquelas que têm escolas e creches. Então, a situação fica muito instável, e as responsabilidades são jogadas para os colos de terceiros, mesmo quando tentamos abrir denúncias contra essas empresas. Eu tenho, por exemplo, como sou educadora da escola da comunidade, a gente está há mais ou menos duas semanas liberando as crianças uma hora da tarde porque a empresa não manda caminhão-pipa para a comunidade, com a justificativa de que a escola não tem hidrômetro. O hidrômetro foi instalado apenas no final de setembro, após um pedido de água desde o começo de agosto. Quando tentamos questionar ou abrir uma denúncia, é transferido para outros*



setores que, em resposta, jogam a responsabilidade para a empresa privada. Portanto, é uma dúvida da comunidade, dos moradores e dos usuários: quais canais podemos usar para abrir denúncias? Se as denúncias feitas terão uma resposta efetiva, ou se gerarão protocolos atrás de protocolos, sem que a melhora chegue à comunidade? Esses são questionamentos que faço como moradora e usuária, e também como prestadora de serviço para uma escola municipal, porque estamos liberando crianças às 13h. Não há água na escola, e temos que liberar as crianças, mas cedo. Além disso, também não há água na casa dessas crianças para que elas tenham um final de tarde com um mínimo de dignidade. Portanto, quando a senhora abre esta sala dizendo que não está sob o poder de vocês, a Águas do Imperador, eu me questiono onde estão esses canais de comunicação e esses diálogos que possamos envolver a comunidade, a empresa e os setores públicos para trazer benefícios para dentro da comunidade."

Em resposta ao questionamento da Sra. Emily, o Sr. Eduardo Figueira, esclarece: "Boa tarde! Eu sei que vocês não estão envolvidos com os blocos 1, 2, 3 e 4, mas já tivemos aqui depoimentos de Vila Cosmos e Irajá. O que observamos é o seguinte; o canal de reclamação é a Agenera. A Agenera é o órgão regulador. No entanto, todas às vezes que temos contato com a Agenera, fica sempre muito claro o argumento de lá: "não temos reclamação nenhuma aqui, então não podemos agir porque não há reclamação". Quer dizer, vemos uma dificuldade enorme da população em acionar a Agenera. Mal conseguem acionar a agência da concessionária, que é o primeiro atendimento. Quanto mais a população sabe e precisa se dirigir à reclamação à Agenera, que é o órgão regulador disso. A minha sugestão, agora com o depoimento de Petrópolis, por exemplo, que não está no bloco, e a falta de conhecimento de que não é apenas a concessionária, mas também a Agenera, é importante. Vou dar uma sugestão aqui para nós no comitê: se quisermos topar, podemos usar essas reuniões que estamos realizando para trazer usuários a darem depoimentos, com a presença da Agenera nessas reuniões na forma de secretaria. A Agenera faz a secretaria dessas reuniões. Então, cada depoimento que vier aqui, devidamente classificado e identificado, pode se transformar na nossa ata como uma reclamação formal à Agenera, para que ganhe um número de processo e possa ser conferido. Dentro do termo de cooperação que estamos estudando com a Agenera. Não queremos passar a ser o SAC da concessionária, mas se a Agenera diz que precisa ter reclamação lá e eles não têm, nós ajudamos, entregando essas informações através das nossas reuniões. Portanto, o que podemos fazer com Petrópolis é pegar essa reclamação de vocês, que não está diretamente relacionada aos blocos 1, 2, 3 e 4, e levar isso para a Agenera, porque a Agenera está aqui conosco. Essa reclamação vai aparecer na nossa ata, criaremos um número de processo e

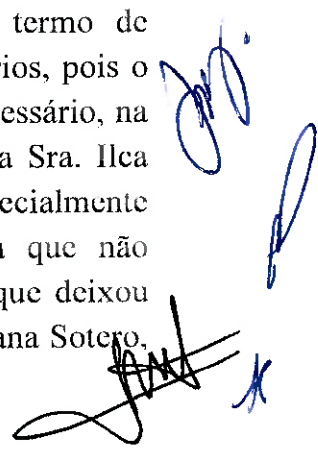


pediremos à Agenera que devolva para vocês, que fizeram as reclamações, a informação de que "seu processo na Agenera é o número tal". Assim, começa a ser feito um acompanhamento, tá? Essa é a sugestão que eu deixo aqui. Mas a Agenera, como órgão regulador, é a quem as reclamações devem ser dirigidas."

A Sra. Adriana acredita que estão no caminho certo ao incluir todos os usuários nesse espaço para poderem se manifestar. O depoimento dos usuários é muito importante, pois reforça a necessidade de que a Agenera cumpra a Lei nº 11.445/2007 e a Lei nº 14.026/2020, devido ao contrato existente. A participação do cidadão é essencial, e se deve cobrar da Agenera a inclusão de um espaço para o controle social em todos os contratos. O Sr. Flavio Ramos, disse conseguir envolver vários bairros, tendo acesso a 112 comunidades no município de Petrópolis. Sugeriu organizar isso, e se for liberado um link para reunião, podem convocar todos para participar, pois estão sendo diretamente afetados por esse problema. O Sr. João Ricardo sugere: *"Faz um documento endereçado à Agenera com a assinatura de todas essas comunidades, relatando o que está acontecendo aí, certo? Para que a gente possa ajudar e até a própria Agenera possa negociar diretamente com a empresa para verificar o que está faltando, se é a seca do manancial, se é um problema de abastecimento ou técnico; mas tem que resolver. Vocês não podem ficar sem água. Isso é para amanhã, certo? Para resolver já. Então, já peguem essas comunidades, façam um documento e nos encaminhem tá? Podem mandar. A gente vai se comunicando pelo WhatsApp, e eu vou te mandar todos os canais para enviar esse documento. Se for possível, até podemos marcar uma reunião na Agenera, tá?"* Sra. Emily: *"Ótimo. Eu fico também disponível a mediar essa conversa. E aí a denúncia de hoje, dentro da ata da reunião, ela já se torna uma denúncia formal?"* João Ricardo, responde dizendo que sim.

Em sua fala, o Sr. Licínio M. Rogério, argumenta ser necessário marcar uma reunião com a Agenera, na Águas do Imperador, em Petrópolis, para que todos possam ir. Não é necessário trazer as pessoas de outros locais para a reunião. A Sra. Adriana Sotero, esclarece não ser o Comitê da Águas do Imperador.

Dando continuidade a 'ordem do dia,' com a apresentação do termo de cooperação, a Sra. Adriana Sotero, informa que fará apenas comentários, pois o foco é conhecer e melhorar o assunto. Concluiu afirmando que se necessário, na próxima reunião, se fará a votação do documento. Com a palavra, a Sra. Ilca expôs sua preocupação em relação a analisar melhor o documento, especialmente o número SII-480002006266/2024, que foi mencionado. Informa que não conseguiu verificar do que se trata, e o texto não esclarece isso, o que deixou insegura sobre passar adiante sem uma análise adequada. A Sra. Adriana Sotero,



informa que algumas sugestões (sugeridas pelo Sr. Morvan. no WhatsApp), foram incorporadas. Logo, em sua apresentação, informa as sugestões seguintes: “- o papel desempenhado pelo Comitê de Monitoramento - órgão colegiado de caráter consultivo, composto pelos titulares dos serviços de saneamento, entidades relacionadas ao setor, usuários dos serviços, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento, coletivos atrelados à temática do saneamento básico, grupos de pesquisa acadêmicos, Estado e Conselho Estadual de Recursos Hídricos - no exercício do controle social dos serviços de saneamento prestados pelas Concessionárias, em atendimento ao disposto pelo Anexo XII dos Contratos de Concessão e pelos artigos 11, § 2º, inciso V e 47 da Lei federal nº 11.445/2007;

- que o Comitê de Monitoramento não integra e nem se encontra formalmente vinculado à estrutura da Agenera, bem como que não consta do Contrato de Concessão previsão expressa da participação da Agência Reguladora como membro do aludido órgão colegiado representativo;” Sejam suprimidas.

Informa que sugere para o documento o que se segue:

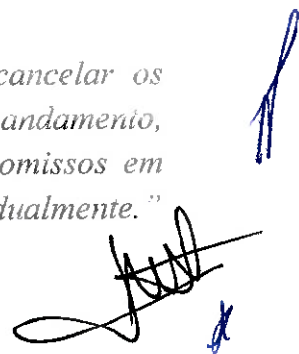
“CONSIDERANDO a independência dos Comitês de Monitoramento, o presente Acordo de Cooperação Técnica será válido exclusivamente para as atividades previamente acordadas entre as partes.

CONSIDERANDO a independência dos Comitês de Monitoramento, o presente Acordo de Cooperação Técnica poderá estabelecer formas de execução de trabalhos diferentes entre cada um dos Comitês dos Blocos 1, 2, 3 e 4, sendo certo que todos restritos aos itens “a)” a “f)” de 1.1.” Sejam incluídos, afirmando que, ambos são relacionados com a independência dos trabalhos do próprio Comitê. Portanto, informa ter incluído uma ‘parte do Sr. Morvan’, que se segue: “d) o acompanhamento dos indicadores de desempenho, do cumprimento das metas e do plano de investimentos;”

Também foi sugerido pelos presidentes o que segue: **“2.1-Cada Comitê e AGENERSA pactuarão previamente os temas, projetos e demandas surgidas ao longo da execução dos contratos, para os quais os trabalhos serão levados adiante sob os termos do presente Convênio.”**

“2.6- A qualquer momento, ambas as partes serão livres para cancelar os trabalhos referentes a eventuais temas, projetos e/ou demandas em andamento, sem prejuízo para os trabalhos já realizados, e sem novos compromissos em relação ao presente Termo, para a continuidade dos trabalhos individualmente.”

“3. CLÁUSULA TERCEIRA-DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS



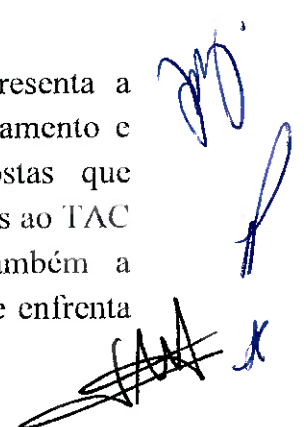
3.1-Os partícipes se obrigam a resguardar o sigilo legal de informações, aplicando-se os critérios e o tratamento previsto na legislação em vigor e em seus respectivos regimentos e regulamentos internos, relativamente aos trabalhos realizados sob os preceitos do presente Termo e enquanto seguirem dessa forma. Eventuais decisões de sequenciar trabalhos isoladamente não ficam sujeitas a essas condições, no que se refere à parte individual."

"4. CLÁUSULA QUARTA – DA COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS

4.1-A coordenação das atividades necessárias à plena consecução do objeto deste acordo ficará a cargo da AGENERSA e dos COMITÊS DE MONITORAMENTO"

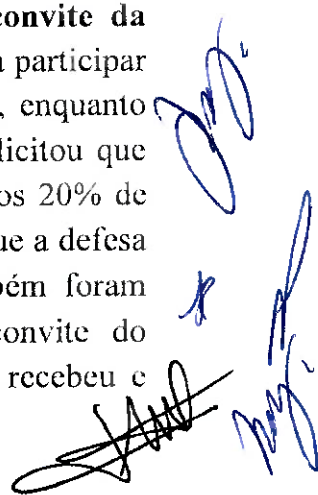
Após a apresentação e sugestões, a Sra. Adriana Sotero, solicita registrar que é necessário enviar o 'SEI' do plano de trabalho para que todos possam conhecê-lo. Logo, concedeu a palavra ao Sr. Morvan Nobre, que sinalizou os principais pontos que queria abordar, que são as metas e seu cumprimento, conforme mencionado pela Adriana, além de monitorar o plano de investimentos. Esses eram os assuntos que destacou no WhatsApp. Outros dois pontos, o Sr. Morvan está na dúvida e não soube esclarecer, pois não está com o texto em mãos. Um deles é a confusão sobre quem são as partes mencionadas, com referência a comitês e à AGENERSA, que parece variar ao longo do texto. No item dois, parece que se refere aos comitês, mas não está claro se é isso. Já no item cinco, menciona "ambas as partes", o que sugere a relação entre comitês e AGENERSA. Sugere anotar isso e revisar o texto para verificar esses pontos. Outra questão que ele aborda é que, embora os acréscimos feitos em relação à proposta da AGENERSA sejam relevantes, envolvendo os quatro comitês, isso pode enfraquecer a ideia do comitê de integração. É crucial preservar essa força do comitê, pois ele une esforços para um objetivo comum, dado que a maioria dos objetivos é compartilhada entre os comitês. Reforça para manter essa essência, já que é fundamental para o resultado desejado. Por fim, cita a importância de revisar o regimento, os objetivos e as atribuições dos comitês para verificar se é necessário adicionar algo ao documento, garantindo que fique compatível com o que está estabelecido. O Sr. Licinio sugere então colocá-lo no drive, o que foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Aécio Barbosa, com a palavra, enfatiza que a FASE, representa a Sociedade Civil e faz parte da Rede de Vigilância Popular em Saneamento e Saúde. Ele propõe discutir em futuras reuniões algumas propostas que enfrentaram dificuldades e falta de respostas, especialmente relacionadas ao TAC e à prioridade para os documentos de cooperação. Ressalta também a necessidade de avaliar a infraestrutura e funcionamento do comitê, que enfrenta



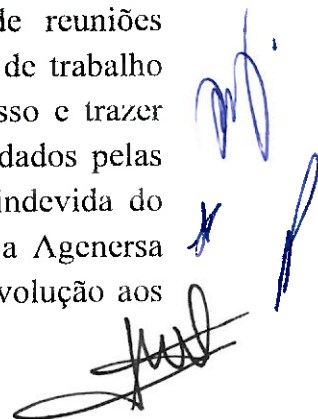
problemas de suporte. Ademais, ele menciona uma solicitação à Agenesra sobre a destinação dos recursos da outorga variável, ressaltando a falta de transparência. Por fim, busca uma melhor cooperação e suporte coletivo em relação a essas questões.

Em continuidade ao terceiro ponto da **Ordem do Dia: 3. Assuntos Gerais – Eleição de suplentes das presidências dos blocos 4 e 1**, já que não será necessário apurar resultados de votação, a Sra. Adriana, então, sugere aprofundar os assuntos gerais. Foram previamente acordados quatro pontos iniciais a serem discutidos. **O primeiro ponto é um informe para ser publicado no diário oficial uma pauta sobre a eleição de suplentes das presidências do bloco 1 e 4, devido à dificuldade e necessidade já discutidas em reuniões anteriores.** A Sra. Adriana, então, informa que na reunião de 10/12/2024, será necessário definir o calendário do próximo Ano/2025. Sugere que a reunião extraordinária ocorra no dia 6/11, uma semana antes da reunião de 12/11, para poder eleger os novos suplentes da presidência a tempo. Essa é a proposta do informe para preparar tudo com antecedência. O Sr. Licínio, sugere que seja na terça, data que já ocorrem às reuniões dos Comitês. A Sra. Adriana comentou que: *“Eu tenho um impedimento na terça, no dia 5, por isso que eu estou sugerindo dia 6, que é quarta. Mas se não houver possibilidade, até da Agenesra também, da agência aqui, saber se há tempo hábil também para fazer essa reunião extraordinária, que ela é com **pauta fechada, é para votação de suplente.**”* O Sr. João Ricardo, logo esclarece o encaminhamento: **fazer uma reunião extraordinária do bloco 1 e 4, e enviar um edital prévio comunicando a data, hora e convocar as entidades para apresentarem candidatos.** Sra. Adriana sugere 1 hora de reunião para cada bloco e o Sr. João Ricardo sugere a publicação no Diário Oficial. **O segundo encaminhamento: Encaminhamento de documentos para Agenesra – afastamento por conflito de interesse e má conduta.** A Sra. Adriana, comunica que foi solicitado através da Carta Nº 016/2024 que se faça a atualização da lista de e-mails dos membros, bem como os grupos de WhatsApp. Algumas pessoas serão excluídas dos grupos de WhatsApp e das listas de e-mails; por isso, é importante que todos estejam cientes das mudanças. **O terceiro encaminhamento: Notícia do convite da Defensoria,** a Sra. Adriana informa que, foi feito um convite para ela participar da reunião ordinária do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, enquanto pesquisadora, a estar presente. Informa que, a Defensoria Pública solicitou que fossem apresentadas as denúncias apresentadas na assembléia sobre os 20% de desconto nos recursos da Cedae para a venda de água, considerando que a defesa do consumidor deveria agir. Ela compareceu à reunião, onde também foram convidados, Licínio, João Ricardo e Eduardo. Uma cópia do convite do secretário Gutenberg Fonseca foi mostrada em tela. Comunica que recebeu e



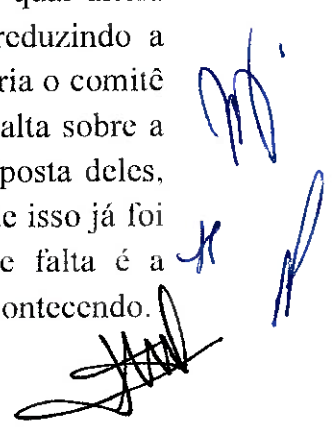
confirmou o recebimento da convocação e informou que só poderia participar da reunião das 14h às 15h, devido a um compromisso com o Ministério Público no Rio. Disse que o Licínio e ela tinham recebido pedidos dos promotores sobre questões dos municípios. Diz que durante a reunião, quando foi apresentada para falar, um membro do comitê tomou o microfone de forma desrespeitosa que estava sendo encaminhado para ela, e então, ela relatou esse incidente. O secretário pediu desculpas e mencionou que o caso seria discutido posteriormente. Expôs que o Licínio também expressou sua insatisfação com a maneira como foram interrompidos durante a reunião. Por fim, comunica que, a notícia que queriam compartilhar é que a defesa do consumidor pretende tomar uma atitude sobre a situação mencionada. Considerou isso uma parte importante, pois foi feito um informativo no grupo de WhatsApp, mas não tiveram a oportunidade de discutir o assunto em profundidade. Disse que gostariam de convidar a defensoria ou a representação da Casa Civil para abordar essa questão dos comitês e as providências que estão sendo tomadas desde que os fatos foram comunicados. O João Ricardo pede licença e menciona que pularam a aprovação das atas das reuniões anteriores. Diz que precisam aprovar as atas. Logo a Sra. Adriana informa que após esse ponto, retornaremos à aprovação das atas, mas até o momento não há quorum suficiente para aprovação. **O quarto encaminhamento: revisão dos Integrantes descritos em Resolução de GT em atividade,** menciona a criação do grupo de trabalho em dezembro de 2023, prestes a completar um ano e precisa ser atualizado. Atualmente, conta com a participação da Dra. Elvira, Sr. Humberto, Sr. Jorge Alberto, Sra. Tatiana Bastos e a Sra. Natasha Handam. Solicita encarecidamente que eles continuem no grupo, com a proposta de revisar sua estrutura, sem cancelar a resolução original. A ideia é criar um novo grupo ampliado para abordar diversos temas. Além disso, pede que o Eduardo comente sobre esses assuntos.

Com a palavra, o Sr. Eduardo Figueira, diz que, para garantir um desenvolvimento satisfatório, é necessário abrir grupos de trabalho, pois muitos dependem de informações que precisam ser cobradas dos órgãos responsáveis. Começa manifestando alguns pontos: 1 – A FIPE, que envolve o certificador e o verificador independentes. Apesar de abrir discussões e identificar sinergias, não tem recebido retorno dos SEIs abertos sobre a FIPE. Sem cobranças, as informações não chegam, e a situação permanece a mesma de reuniões anteriores, sem novas atualizações. É crucial estabelecer um grupo de trabalho focado em indicadores e gerenciamento para impulsionar o progresso e trazer atualizações para as reuniões, já que não conseguimos obter esses dados pelas vias normais; 2 - A discussão sobre a restituição da antecipação indevida do aumento de 10,24% pela Águas do Rio está em aberto. Diz que, a Agenssa reconheceu o erro, mas ainda não foi definido como será feita a devolução aos



que pagaram. O assunto está paralisado e não houve retorno desde três reuniões atrás, indicando que é necessário avançar no tema, mas falta engajamento para isso; e 3 - Refere-se à revisão do regulamento de serviços homologado pelo Governador, que já apontou várias impropriedades sem receber resposta. Fala que, a Agenersa afirmou que não elaborou o regulamento, embora esteja claramente indicado no Processo SEI que foi ela quem preparou, a partir de três minutas das concessionárias e aprovado em apenas cinco dias. Essa discussão está em andamento, mas ainda não teve retorno. Continuando, o Eduardo pulou a proposta de 'acordo com a Agenersa', pois já foi discutido e avançamos nesse ponto, mas é algo que ainda precisa ser desenvolvido; 4 - É importante abordar a decisão do STJ sobre o tema 414 e suas consequências para a estrutura tarifária do Rio de Janeiro. Afirma ser necessário constituir um grupo de trabalho forte, especialmente envolvendo especialistas econômicos, já que isso gerará discussões sobre a revisão da estrutura tarifária. Além disso, a comissão de saneamento está realizando análises que mostram que os valores atuais estão muito acima do que deveriam ser, evidenciando um desequilíbrio tanto em um lado quanto no outro, que reforça a necessidade de revisar a estrutura tarifária. Por fim, aborda sobre a revisão do Regimento Interno, não se avançou devido a várias interferências. No entanto, agora parece que se tem um cenário favorável para organizar essa questão. É importante que esse trabalho seja realizado de maneira metódica para que se possa progredir.

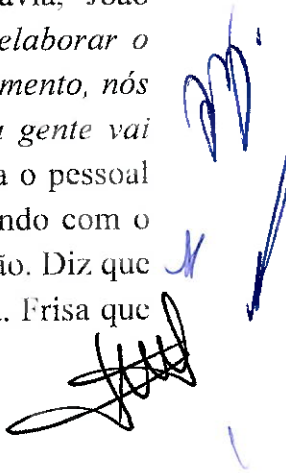
A fala foi cedida ao Sr. Morvan Nobre, que em relação ao que o Eduardo mencionou, concorda que a questão do verificador independente é crucial, pois é fundamental para o monitoramento. Há duas possibilidades: as concessões estão operando sem supervisão, ou há dados sendo verificados que não estão sendo divulgados, caracterizando falta de transparência. Para que o grupo de trabalho atue, é essencial exigir essas informações. Entrando no terceiro ano de concessão e a ausência de relatórios do verificador independente é inaceitável. Portanto, esse aspecto é fundamental. Além disso, é crucial considerar os desequilíbrios econômicos e financeiros e os pedidos de reequilíbrio. Necessário entender o status de cada um desses processos para estarmos informados. Outro ponto importante, é que o regimento estava ligado à discussão do PL, o qual altera significativamente a composição dos comitês de monitoramento, reduzindo a representatividade da sociedade civil. Isso significa que o PL esvaziaria o comitê como um mecanismo de controle social. Por fim, o Sr. Morvan ressalta sobre a **questão do valor pago indevidamente**, é necessário obter uma resposta deles, pois não há o que os grupos de trabalho possam analisar, uma vez que isso já foi estudado e o impacto avaliado pela comissão da ALERJ. O que falta é a implementação das consequências desse estudo, que ainda não está acontecendo.



Em resposta, Eduardo pontua que depende da iniciativa de alguém para movimentar, não ocorrem por conta própria. É necessário que um grupo de trabalho ou alguém se disponibilize para tomar a dianteira e elaborar um ofício à AGENERSA. Diz que, podem criar dois ou três grupos de trabalho para conduzir isso. Na próxima reunião, o foco deve ser discutir a forma de programar as ações, já que o que precisa ser feito já está claro.

O Sr. Licínio, fez o encaminhamento para solicitar que a AGENERSA explique na próxima reunião o que é o Conselho de Titulares e o que ocorreu em relação a ele, que, em suas palavras, 'é um grande mistério'. Propôs um convite à AGENERSA, alguém que seja responsável pelo Conselho de Titulares para vir esclarecer essas questões, incluindo o que foi decidido até agora. Antes de se retirar da reunião, o Licínio consignou **aprovado às atas mencionadas nesta reunião**. A Sra. Ilca Bezerra sugere em seu encaminhamento que, na próxima reunião, seja discutido uma questão omissa do regimento interno: a falta de frequência das instituições que, apesar de serem membros do comitê, não participam ou atuam, apenas assinaram o papel. É importante encontrar uma solução para isso. Adriana dá um exemplo que no Comitê de Bacia há um critério que cancela a inscrição após três faltas consecutivas. É necessário prever um mecanismo para substituir esses membros inativos, abrindo espaço para instituições que desejam participar e estão aguardando um novo edital. Portanto, cita: *"Então, acho que é importante a gente tão logo tenha o quórum para fazer uma votação, que é um caso omissa, mesmo que a gente vá revisar o regimento, acho que isso é uma questão urgente, que não pode esperar a revisão. A gente resolve logo como um ponto omissa."* Imediatamente, Adriana sugere encaminhar para a casa civil o encaminhamento sugerido pela Ilca.

O João Ricardo fez seu encaminhamento, solicitando que o Sr. Morvan, elabore um ofício sobre esses pedidos que ele quer, para se discutir no grupo de trabalho, ser assinado e logo após entregar à Agenesra. Imediatamente, Morvan discorda e diz que: *"Não é questão de você chegar e passar para mim, não. Eu acho que tem a secretaria..."* houve um desentendimento por partes. Todavia, João Ricardo deixa claro: *"Estou fazendo um pedido. Certo? Para você elaborar o ofício e nós vamos assinar e entregar à Agenesra. E vai vir esse documento, nós vamos discutir com você. É isso. Vai vir à informação ou não, e a gente vai discutir e encaminhar."* Por último, João Ricardo fez um pedido para o pessoal das prefeituras sobre fornecer informações sobre o que está acontecendo com o Conselho de Titulares. Se há algum informe, e se já teve alguma reunião. Diz que há a necessidade de desvendar essa situação para não ficar preso a ela. Frisa que

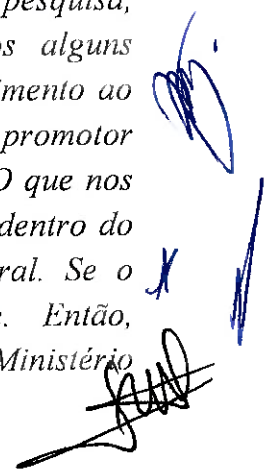


não podemos esperar a crise hídrica acontecer para começarmos a discutir problemas relacionados à água.

Em resposta, o Morvan menciona que, todos já sabem o que deve ser feito. Já foi enviada uma carta solicitando os índices e a existência do relatório verificador independente, o que é fundamental para o monitoramento. Ele afirma suas participações em várias reuniões. No entanto, não é necessário um ofício, já tem uma carta e precisa discutir isso na próxima reunião, averiguando o status dos pedidos de índices de verificadores independentes para definir a ação a ser tomado. Deixa claro que deveriam existir relatórios do verificador independente, da FIPE, mas não se tem acesso a informações sobre sua existência, o que demonstra falta de transparência. Menciona que, a sociedade deve saber como estão as metas, se estão sendo cumpridas e qual o índice de cobertura de esgoto e água após dois ou três anos. É necessário avaliar essa situação e as medidas. Diz que, se for preciso, pode até redigir um ofício, mas o problema não é a falta de formalização, e sim a necessidade de acesso às informações para decidir os próximos passos. Portanto, finaliza que, em relação ao PL, ele espera que esteja arquivado, mas não tem certeza. Há interesses que podem tentar reavivá-lo para esvaziar o comitê de monitoramento. É necessário ficar atentos, pois, mesmo arquivado, ele pode ser ressuscitado a qualquer momento. Se o comitê e o controle social estiverem incomodando, podem surpreender a todos ao colocá-lo em votação. Logo, é importante analisar o regimento e verificar a situação atual do PL. Se necessário, é preciso assegurar seu arquivamento definitivo.

A Sra. Adriana, em esclarecimento, cita:

“Primeiro, esclarecer para o Morvan que a fala do João Ricardo, no sentido de fazer ofício, é porque se você identificou alguma coisa nova que nós já passamos aqui por reunião e estão registrados em ata, todos os nossos pedidos que fizemos. O Eduardo acabou de listar aqui cinco itens que já discutimos em reunião e estão documentados em ata. Nós trouxemos vários documentos de ofício, não precisa você fazer, porque já foi feito pelos presidentes e por grupos de trabalho também, e por grupos de pesquisa, inclusive. No grupo de pesquisa, nós, enquanto rede, pedimos algumas coisas. Então, já pedimos alguns elementos que não foram atendidos, e documentamos esse não atendimento ao Ministério Público. E o Ministério Público recebeu e encaminhou ao promotor natural. Ao promotor natural, nós respondemos, e ele devolveu isso. O que nos foi falado em reunião com o Ministério Público? Existe um caminho dentro do Ministério Público. O caminho inicial é ir para o promotor natural. Se o promotor natural entender que ele não resolve, ele devolve. Então, provavelmente, esses elementos estão sendo cuidados agora pelo Ministério

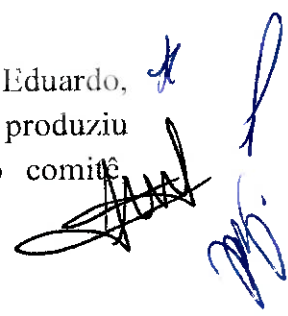


Público. Precisamos, sim, entender agora em que instância dentro do Ministério Público encontra-se cada um dos nossos pedidos, dentre eles, os relatórios FIPE; a questão dos 10,24%; como está esse relatório que foi alterado pela AGENERSA; o tema 414, a questão da revisão do regimento interno, que foi votado e aprovado. Então, existem vários elementos e tudo isso já foi enviado como ofício, encaminhado para os devidos responsáveis. Se você observar todas as atas, todas as apresentações que estão gravadas, nas nossas reuniões, nós apresentamos... Eu gosto muito de sempre fazer uma apresentação para ter isso documentado. Inclusive, culminou com o relatório da Assembleia Popular e foi quando os comitês fizeram um ano. Após os comitês fazerem um ano, apresentamos um relatório de nossas atividades. Nesse documento, encontra-se esse pedido novamente, com todos esses ofícios relatados e o caminho que fizemos devido ao não atendimento. Esse grupo de trabalho, que eu mencionei agora, foi enviado em nova resolução e está fazendo aniversário de quase dois anos. É um grupo de trabalho que não vamos fechar enquanto não cumprirmos essa obrigação. É um grupo de trabalho que está aberto e ficará assim enquanto não tivermos respostas. Veja quanto tempo não temos respostas. Foi muito bom essa fala no sentido de forçar a documentação em ata que estamos com pedidos em aberto que não foram atendidos."

O Sr. Aercio, com a palavra, defende a necessidade de uma estrutura de suporte, dado que os participantes possuem outras ocupações. Além disso, propõe-se rever estratégias para lidar com a falta de resposta da Agenersa e priorizar questões urgentes, como o impacto da estimativa no abastecimento de água. Também sugere um melhor planejamento das ações, independentemente da rede de vigilância. Por fim, destaca-se a importância de um diálogo entre o comitê e os órgãos de governança da concessão para compreender a função.

Dando uma pausa na pauta e retornando as aprovações das ATAS, a Sra. Adriana Sotero, indaga: "*Tem alguém que está contra a aprovação das atas que foram encaminhadas?*" logo, informa a necessidade de verificar se há algum material ou declaração a ser anexada e, se concordarem, aprovar para enviar ao SII e também publicar na página da Agenersa. As atas a serem aprovadas são de maio e julho. Portanto, finaliza: "*Então, ninguém se manifestou aqui contra, temos aqui já registrado o quórum, tá? Então, está aprovada a ata de maio e de julho. Vamos considerar o quórum aqui registrado, não existe omissão em relação a isso. Vamos considerar que está aprovado, pois não houve manifestação contrária.*"

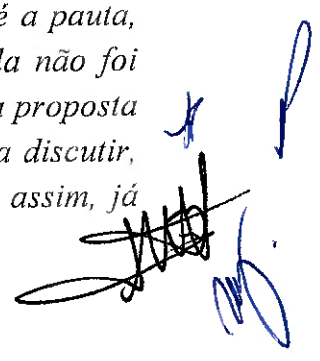
Voltando para assuntos gerais da pauta, e concedendo a palavra ao Sr. Eduardo, que, em suma, destaca alguns assuntos, como a FIPE, informa que produziu textos e protocolos para entender as dificuldades de resposta do comitê.



percebendo que o SEI não colabora e a informação não chega. É fundamental haver pessoas dispostas a se dedicar ao follow-up, já que os temas já estão definidos. O trabalho envolve verificar o andamento no SEI e no Ministério Público, o que é desafiador e toma tempo devido à falta de apoio das entidades. Diz que, ensaios na Câmara Comunitária demonstraram que ela opera dentro de certos limites. É preciso voluntários comprometidos para não ficarmos na mesma situação na próxima reunião. A Sra. Juliana, representante de Itaocara, com a palavra, cita: *"Sobre o Conselho de Titulares. Desde quando eu iniciei no Comitê de Monitoramento aqui, no momento de elaboração do regimento interno, eu também estava vinculada ao Conselho de Titulares. Porém, até o momento, nunca fui convocada para uma reunião do Conselho de Titulares. Sai de licença, voltei de licença e recebi informação que o Conselho de fato não está funcionando. E aí, o que me informaram é que vai passar por uma reestruturação com novos atores para ver se o Conselho começa a funcionar."* Imediatamente a Adriana indaga: *"Quem foi que falou para você que vai sofrer uma reestruturação? Foi alguém da Agerensa ou foi alguém do próprio grupo das concessionárias? Foi do governo do estado? Quem falou isso?"* Sra. Juliana responde: *"Foi da Prefeitura Municipal de Itaocara, o Secretário Municipal de Meio Ambiente que me informou, porque eu estava como conselheira, só que por conta dessa reformulação que vai passar o Conselho, eu fui retirada e outro membro foi indicado."*

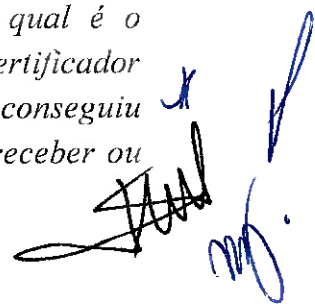
Com a palavra, a Sra. Cristiane, representante de Itaguaí, informa: *"Com relação ao Conselho de Titulares, o município solicitou a inclusão de dois membros há mais ou menos três a quatro semanas e, até agora, não recebeu uma resposta quanto a essa inclusão. Fomos orientados a enviar um ofício e um e-mail para a Secretaria Executiva; enviamos o ofício, e até agora não temos nenhum parecer. Se fomos incluídos, quando haverá nova reunião? Estamos insistindo sem uma resposta, mas não temos recebido nada, nenhuma devolutiva sobre isso."*

A palavra foi cedida ao Morvan, que fez seu encaminhamento: *"Peço que na próxima reunião este assunto seja ponto de pauta: apresentar como está o andamento de cada uma dessas cartas que foram enviadas, fazer um resumo do que foi enviado e onde está para podermos pensar qual é o caminho que devemos seguir. Outra questão em relação à pauta em geral é que considero importante fazermos o que está no regimento, que é aprovar a pauta no final de cada reunião. A cada nova reunião, recebemos pelo WhatsApp qual é a pauta, mas ela não foi discutida, entende? É uma proposta de pauta. Se ela não foi aprovada, deveria ser aprovada no início da reunião, mas acaba que a proposta de pauta se torna a pauta. Portanto, acho importante que passemos a discutir, no final de cada reunião, qual será a pauta para a próxima, tá? E, assim, já*



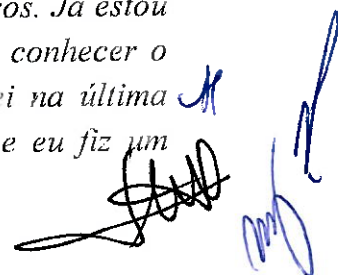
coloco como proposta de pauta para a próxima reunião a situação dessas cartas que foram enviadas em relação ao verificador independente e as que foram encaminhadas pelo Ministério Público. Ou seja, precisamos estar a par desses pontos, que são fundamentais. Para monitorar, precisamos ter elementos; se não conseguimos obter esses elementos, entende? Alguma coisa está muito errada."

A Sra. Adriana Sotero, com a palavra, cita: "Eu queria falar sobre essa questão do conselho de titulares, assim como outras representações de conselhos. Se a gente observa lá na página da Agenera e também a participação na primeira hora de reunião das nossas reuniões integradas, e os representantes das empresas, para que eles possam ouvir essa fala dos usuários que venham até aqui e possam responder tête-à-tête naquele momento às denúncias que vêm. Se passar da primeira hora, a gente pede, então, que os usuários encaminhem por escrito, mas que a gente possa, então, estar acompanhando essas denúncias que geralmente aparecem aqui, né? Várias pessoas pedem. A moradora, por exemplo, de Manguinhos, fez um pedido: ela teve uma consulta médica, mas ela queria falar sobre essa questão que está enfrentando, a falta d'água também no bairro de Manguinhos. Então, da gente ter esse elemento. Sempre um convite na primeira hora que os representantes das empresas estejam em todas as reuniões integradas, enviem um representante aqui para fazer a pronta resposta aos usuários naquele momento. Isso não invalida a proposta do João Ricardo, de a gente enviar, pelo número de SEI, também a nossa ata, relatando... até porque pode ser que, eventualmente, um ou outro não possa comparecer. O segundo ponto em relação aos conselhos titulares. Os conselhos de titulares, a gente tem observado; estava acompanhando até quando eles estavam acontecendo. Nada mais justo do que os próprios titulares, que são os que concederam a exploração dos serviços de distribuição de água, estarem presentes na reunião para também fazer esses esclarecimentos e ouvirem os usuários. É importante que os conselheiros estejam presentes na primeira hora. O ideal é que a gente peça que os próprios representantes, dentro dos comitês de monitoramento, sejam os conselheiros, sejam aqueles que vão representar os municípios, para que falem diretamente sobre como está acontecendo o contrato. Até porque, quando os grupos de trabalho tiverem as respostas, a gente possa, então, ouvir deles diretamente; dentro dos usuários, fazer esse acompanhamento, a fiscalização, diretamente junto com quem é o poder concedente. Então, a gente precisa saber sobre a estrutura tarifária, como os conselheiros representantes dos municípios entendem a estrutura tarifária, se ela está de acordo ou não, e qual é o empecilho para melhorá-la. Assim como saber sobre como o certificador independente, como é que eles olham os relatórios, já que a gente não conseguiu receber nenhum deles até agora; como eles entendem se conseguem receber ou se podem oferecer para a gente esses relatórios."



A palavra foi cedida ao Sr. Adilson Trindade, que, não conseguiu acompanhar a reunião desde o início, mas, com base nos pontos discutidos no final, acha que seria interessante colocar na próxima reunião a pauta **sobre a verificação da estrutura tarifária e considerar a organização de grupos de trabalho (GTs) para fortalecer as iniciativas existentes e fazer o processo avançar**. Informa ter 25 membros na reunião, mas se descontar a secretaria e outros participantes eventuais, o comitê está avançando com dificuldades. É necessário organizar rapidamente com uma estrutura mínima e deixar essa proposta para a próxima reunião, para poder, pelo menos, dar início aos trabalhos. Discussões mais complexas, como o regimento interno, podem se prolongar e comprometer o tempo disponível. Por fim, cita: *"Só deixar registrado, não quero abrir discussão nenhuma, só quero deixar registrado. Não sei se foi falado antes, como eu já disse, eu cheguei atrasado. A gente já discutiu, já votou pelo afastamento de uma determinada pessoa, que voltou a publicar um vídeo com algumas coisinhas falando de vários membros, até ofendendo. Só quero deixar registrado isso, mas não quero abrir discussão. Esse assunto morreu, mas é importante a gente deixar registrado que essa pessoa voltou a insultar alguns membros e falar ainda de alguns assuntos. Falou pessoalmente no meu nome, falou no nome de várias pessoas, é uma coisa extremamente chata. Só quero deixar isso registrado em ata, porque senão deixa ficar passando, e esse vídeo fica publicado no ar, criticando os membros, criticando pessoas de forma absurda, até voltando a insultar outras pessoas. Agora uma perguntinha que realmente eu perdi foi do acordo de cooperação, como vai ficar para discussão futura? Porque eu tentei fazer alguma coisa e não consegui, mas isso vai ficar aberto para a gente colaborar mais para frente? Desculpa, é que essa parte, realmente, eu perdi, então eu gostaria que a mesa me respondesse com relação a isso."*

A Sra. Adriana Sotero, respondendo em relação ao "acordo de cooperação" informa que a sugestão do Licínio é que coloque o documento no drive para que todos possam contribuir diretamente. Há um documento em Word com comentários, e podem fazer sugestões tanto no termo de cooperação quanto no plano de trabalho com a agência. No que se refere ao assunto do "vídeo" cita: *"Em relação ao insulto sofrido com o vídeo criminoso que foi enviado, tomando como base a gravação ilegal feita dentro da reunião, eu, enquanto membro do comitê e pesquisadora da Fiocruz, porque eu estou representando a Fundação Oswaldo Cruz, sofri vários insultos, não só nesse caso como em outros. Já estou tomando as minhas medidas cabíveis. Mas, se você quiser também conhecer o processo, que eu estou encaminhando nesse sentido, como eu falei na última reunião, eu fui à polícia, não estava vindo presencialmente porque eu fiz um*

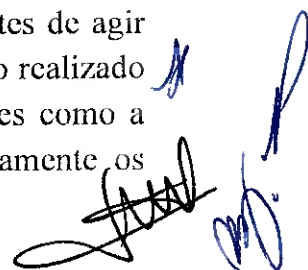


pedido de medida protetiva. Então, se você quiser também ser testemunha no meu processo, será muito bem-vindo, até porque você foi também citado”.

Ainda com a palavra, a Sra. Adriana em relação ao Grupo de Trabalho 02. Cita o encaminhamento: *“Solicito, aqui nessa reunião, voluntários para atuarem no Grupo de Trabalho 02, que tem a tarefa de acompanhar os documentos da FIPE e os relatórios do Verificador Independente, certo? E há respostas que já foram solicitadas pela AGENERSA nesse sentido. Eles enviaram para nós uma resposta, primeiro, dizendo que não tinham enviado, e que não tinham relatório. Depois, enviaram outra resposta, pois o Ministério Público entrou em cena, afirmando que tinham. Então, assim, a gente não sabe se tinha ou se não tinha. O fato é que ainda não temos o relatório. A gente só sabe que existe um contrato. Mas o escopo do contrato, detalhes sobre isso, ainda não temos. Ah, sim, o Tribunal de Contas do Estado também nos chamou para saber sobre esse fato. Na época em que nos chamou, a gente tinha a resposta de que não tinha. Bem, todos esses eventos, de que tinha e de que não tinha, estão documentados em ata.”* O Sr. Eduardo Figueira esclarece que não existe nenhum documento trocado com a agência, como cartas, ofícios ou e-mails, que não seja de conhecimento do grupo do WhatsApp. Todos os documentos disponíveis estão acessíveis a todas as entidades do comitê de monitoramento. Recomenda que cada entidade organize sua própria pasta para facilitar o armazenamento interno, mas todos os materiais estão disponíveis para todos.

A Sra. Adriana, relembra sobre a voluntariedade, esclarece e destaca o esforço de todos os envolvidos, incluindo os voluntários e a Renata, que se dedicam. Ressalta a importância do respeito mútuo e critica eventos que demonstram falta de consideração. O compromisso dos voluntários é acompanhar, fiscalizar e monitorar as ações relacionadas ao saneamento básico no estado do Rio de Janeiro. Diante dos problemas existentes, enfatiza a necessidade de vigilância sobre a promessa de universalização do saneamento até 2033, através da iniciativa privada, questionando os custos desse processo. A principal intenção é garantir a fiscalização para assegurar que os compromissos sejam cumpridos de forma responsável.

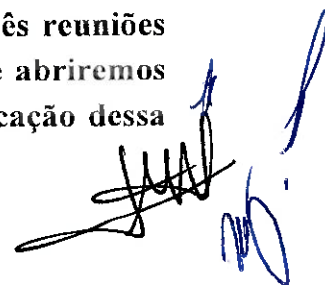
A palavra foi cedida ao João Ricardo, que destaca seu compromisso em visitar bairros como Campo Grande, Cosmos, Santa Cruz e Guaratiba, além de organizar reuniões em outros municípios, como Itaguaí e Paracambi, para tratar de questões de água e saneamento. Ele critica a postura de um ex-membro do comitê, que duvidava das intenções do grupo e acusava os participantes de agir por interesses políticos, sem apresentar provas. Enfatiza que o trabalho realizado é de interesse público, com foco na crise hídrica, que já afeta regiões como a Amazônia e o interior do Rio de Janeiro, que pode impactar diretamente os



moradores locais. Ele menciona um alerta feito por um pesquisador da UERJ sobre a gravidade da situação, reforçando que suas preocupações são baseadas em dados científicos. Ressalta a falta de reuniões do Conselho de Titulares e a necessidade de organização e união para enfrentar a crise. Ele agradece a presença de todos e reforça a seriedade do compromisso do Comitê em monitorar e cobrar ações das autoridades.

O Sr. Morvan, sugere organizar os documentos do grupo de WhatsApp em pastas para facilitar o acesso e evitar a perda de informações. Destaca que, além da organização, é essencial que os documentos sejam incluídos como ponto de pauta nas reuniões para serem discutidos de forma efetiva. Ele reforça a importância de priorizar temas relevantes, acompanhar o alcance das metas e verificar a existência de indicadores de desempenho. Caso esses indicadores não existam, defende que devem ser denunciados e que os documentos relacionados a essas denúncias sejam apresentados e debatidos em reunião. Propõe a criação de um grupo de trabalho para tratar dos verificadores independentes e se disponibiliza para participar, ressaltando que esse tema deve ser considerado central. Por fim, reitera e solicita que o tema em questão seja incluído na pauta da próxima reunião. Além disso, pede que, ao final de cada reunião, o grupo discuta e defina coletivamente a pauta seguinte, em vez de recebê-la pronta pelo WhatsApp.

A Sra. Adriana esclarece que, diferentemente dos comitês de bacias, o regimento interno do grupo não exige a aprovação prévia da pauta, permitindo que ela seja definida no expediente ou na ordem do dia. Destaca a dificuldade enfrentada em reuniões anteriores devido à resistência de alguns membros, mas acredita que agora será possível avançar com o monitoramento dos contratos. Ressalta a necessidade de acompanhar os documentos oficiais já solicitados e sugere a criação de um drive ou o uso do iTransfer para facilitar o acesso direto aos documentos específicos, evitando a busca manual no sistema SEI, que possui mais de 100 arquivos. Portanto, solicita o apoio do Ministério Público, que também integra o comitê, para garantir o envio direto dos documentos necessários, em vez de trocas de e-mails que não atendem à demanda do grupo. Logo, menciona a regra dos comitês de bacias, informando que a ausência em três reuniões não justificadas pode permitir novas inscrições. Por fim, cita: **“Então, a proposta é que a gente já encaminhe um ofício para a Casa Civil nesse encaminhamento que me parece estar sendo acordado aqui. Alguém é contra esse encaminhamento? Os presidentes enviarão para a Casa Civil o encaminhamento decidido na reunião de hoje, de que, a cada três reuniões não justificadas, solicitaremos a substituição daquela inscrição e abriremos novas inscrições. Exatamente, que também seja enviada a publicação dessa**



regra que estamos definindo aqui, uma vez que o nosso regimento interno não prevê isso."

A Sra. Ilca Bezerra, por sua vez, esclarece que a proposta é deixar claro, ao enviar a solicitação para a Casa Civil, que a **entidade perderá a inscrição** caso não tenha representação em três reuniões consecutivas. Além disso, sugere-se o cancelamento de inscrições de membros que nunca compareceram. Em relação à justificativa de faltas por parte dos membros, a Sra. Adriana Sotero cita:

"A Renata está falando aqui que, pelo WhatsApp, não é o caminho; tem que ser enviado por e-mail e, de fato, é o caminho oficial. Eu lembro que os grupos de WhatsApp são caminhos apenas para facilitar a nossa comunicação; ele não é o canal oficial para nada. Então, o canal oficial é o e-mail. Se a pessoa não responde ali, tem que justificar a ausência. Alguém tem alguma objeção a encaminharmos para a Casa Civil essa solicitação, inclusive a abertura de inscrições, porque estamos comprometendo, inclusive, o quórum de participação? Então, como ninguém se pronunciou contra, podemos entender que todos estão de acordo e que devemos encaminhar para a Casa Civil esse pedido, essa regra de possibilidade de perda de inscrição, uma vez que não foi justificado."

Com a palavra, o Sr. Eduardo Figueira sugere:

"Que a gente cuide dos procedimentos para dar transparência a esse processo todo e evitar alguma trombada. Então, a ideia seria primeiro, ponto um, a agência realiza a atualização da tabela. Assim, ninguém pode dizer que não sabe onde está ou não está na tabela. E a gente marca essa tabela nova como ponto zero. Na próxima reunião, a gente ratifica essa aprovação e já está contando com isso. Portanto, não tem como alguém justificar que não sabia as regras. Está certo? Se a gente usar a tabela que está hoje ou não considerar isso, podemos enfrentar uma série de problemas. Então, por questões de transparência, a agência publicaria a tabela e a colocaria no grupo. A partir daí, essa tabela estará valendo." Em concordância, Adriana deixa claro que, o encaminhamento é excelente, pois esclarece que todos estão cientes das novas regras que podem levar à perda da inscrição. Na reunião de hoje, o aviso foi dado, marcando o início de um novo ciclo. João Ricardo acrescenta e cita: *"Então, que conste na publicação do Diário Oficial dessa reunião que as pessoas que fazem parte do comitê, façam contato para o problema da vacância. E aí o cara vai procure a Agenesra, certo? Para ele justificar as faltas dele e as vacâncias, e por e-mail."* A Adriana Sotero esclarece o encaminhamento, especialmente devido às vacâncias no Bloco 3, que exigirão uma votação. No entanto, é crucial que a votação ocorra apenas após resolver a questão do marco,

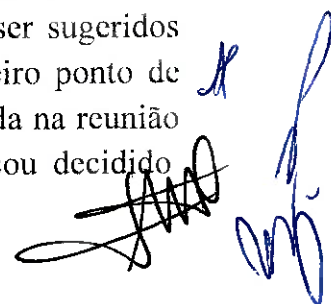


que começamos a contar agora. Em uma reunião anterior, foi discutido que, embora as prefeituras não sejam votantes, elas precisam apresentar justificativas, pois sua participação é fundamental.

A Sra. Ilca ressalta que, é importante destacar a questão da vacância e a perda de inscrição, especialmente em relação aos membros com direito a voto. A presença dos municípios é facultativa, mas não obrigatória. O quórum para votação considera apenas quem tem direito a voto, o que foi amplamente discutido durante a elaboração do regimento. É crucial entender quem integra o Comitê, mas a ausência de membros com direito a voto que nunca aparecem é uma preocupação, pois muitas entidades têm representantes que apenas compareceram no dia da posse. Portanto, Adriana pediu que, nos próximos 30 minutos de reunião, se discuta uma pauta preliminar, sem que isso impeça a inclusão de novos pontos ao longo do mês, já que estamos em uma crise hídrica. Salienta a importância de sermos propositivos e apresentarmos pontos para a pauta. Além disso, ela escreveu no chat da reunião que, as inscrições estão abertas para compor o Grupo de Trabalho 02, que será ampliado com base nas informações recebidas. Este grupo será responsável por encaminhar as informações solicitadas.

Com a palavra, o Sr. Adilson Trindade, em relação à vacância de membros, considera importante dois pontos. Com a renovação das prefeituras, pode haver um intervalo na indicação de novos membros, o que pode levar à falta de participação. Uma alternativa seria propor um chamamento para que mais instituições se juntem, evitando assim o problema, isso permitiria ampliar a participação. Além disso, as prefeituras devem ser efetivamente incluídas nas decisões, mesmo que sua forma de votação seja diferente. Essa participação é crucial para o funcionamento dos Comitês.

A Adriana informa que, já haviam considerado na revisão do regimento interno a votação dos municípios como um grupo. Para a próxima reunião, além da agenda do Grupo de Trabalho, devem discutir a participação de voluntários, como Morvan, e integrar mais membros ao GT02 para a elaboração de um relatório. Destaca-se a importância de construir esse relatório, mesmo que não tenham informações concretas até agora. O grupo de trabalho pode ser mantido aberto ou fechá-lo, dependendo da situação. Se houver informações recebidas ao longo do mês, elas podem ser apresentadas na próxima reunião, sem necessidade de entrega prévia. A proposta de pauta incluirá a avaliação e apresentação desse relatório como um dos principais pontos. Outros pontos poderão ser sugeridos posteriormente. Sem demora, João Ricardo relembra que, o primeiro ponto de pauta é a carta de intenções da AGENERSA, que já foi encaminhada na reunião anterior. Em continuidade a sua fala, Adriana acrescenta que, ficou decidido

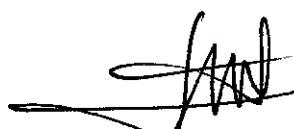


abrir um drive, conforme a sugestão do Licínio, onde todos podem fazer suas contribuições, que já começaram a surgir. Destaca que o Sr. Aécio fez uma contribuição importante a ser incorporada ao documento do acordo, sendo necessário aprovar essas contribuições. O segundo ponto é que o grupo de trabalho deve apresentar um relatório ampliado, assim, terá uma semana para elaborar essa resolução e indicar novos membros. Logo, Adriana perguntou ao Morvan, se ele poderia coordenar este grupo de trabalho, convocando as reuniões para finalizar o relatório. Destaca que o relatório será enviado ao Ministério Público. Prontamente o Sr. Morvan responde que não quer se comprometer como coordenador. No entanto, pode ajudar levantando informações no grupo do WhatsApp e tentando organizar os documentos em uma pasta. A Sra. Juliana Souza, por meio do chat, registra: ***“Tenho interesse de fazer parte do grupo de trabalho, se for possível.”***

A Sra. Adriana, logo, informa quem são os membros que já compõem o Grupo de trabalho. Sendo eles; Sra. Elvira, Sr. Humberto, Sr. Jorge Alberto, Sra. Tatiana Bastos e a Sra. Natasha. Porém, na época não foi tirado um coordenador.

Com a palavra, o João Ricardo fez seu encaminhamento de **consultar o grupo de trabalho externamente e verificar o que já tem. Na próxima reunião, apresentar como o Morvan pediu, incluindo como ponto de pauta. O primeiro ponto será o documento da AGENERSA, e o segundo será essa consulta, debater com as pessoas presentes e prosseguir.** Entretanto, Adriana diz enxergar bastante dificuldade de ter um relatório na próxima reunião. No entanto, João Ricardo solicita deixar como informe. Adriana, prontamente cobra do apoio da Agenersa a atualização da tabela. Para finalizar, João Ricardo cita: *“Como informe para as prefeituras, quem puder dar mais informes sobre o que está acontecendo nesse Conselho de Titulares, a gente agradece.”* Adriana pede que, na próxima reunião, os representantes das prefeituras tragam atualizações a respeito do progresso dos contratos nos seus respectivos municípios.

Considerando que a reunião está em seu final, a Sra. Adriana Sotero agradeceu a honrosa presença de todos e declarou encerrada a reunião às 17h.



Licínio M. Rogério

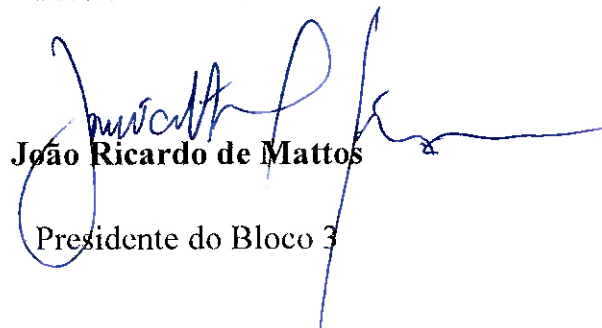
Presidente do Bloco 1





Eduardo Figueira

Presidente do Bloco 2



João Ricardo de Mattos

Presidente do Bloco 3



Adriana Sotero Martins

Presidente do Bloco 4

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2024